

**BOSSUET: o rigor da realeza nos combates às rebeliões<sup>1</sup>**

Dra. Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira (UFMA)

[izabarboza@ig.com.br](mailto:izabarboza@ig.com.br)

**Resumo:** Os acontecimentos da Fronde (1648-1653) e a ameaça que essa guerra civil representou ao absolutismo francês persistiam na memória de Bossuet. Desse modo, em sua *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*, Bossuet afirma que os príncipes devem possuir um forte exército para reprimir as revoltas dos súditos contra eles.

**Palavras-chave:** Fronde. Exército. Poder.

**Abstract:** The events of the Fronde (1648-1653) and the threat that civil war represented the french absolutism persisted in memory of Bossuet. Thus, in his take *Politique des propres paroles de l'Écriture Sainte*, Bossuet claims that the chief should possess a strong army to quell the revolts of his subjects against them.

**Keywords:** Fronde. Army. Power.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 22/6/2010 e aceito em 24/9/2010.

No artigo terceiro do livro nono da *Politique*, concebido em 1701, Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), bispo francês e ex-preceptor do Delfim, defende que os príncipes devem reprimir severamente as revoltas civis ocorridas em seus reinos. Para dar maior plausibilidade ao seu argumento, o teólogo-político, defensor do absolutismo por meio da doutrina do direito divino dos reis, recorre à Bíblia, particularmente ao Antigo Testamento. Lançando mão da atitude de Davi em relação ao seu filho Absalão, que liderou uma revolta contra ele para lhe tomar o poder, Bossuet afirma que, nas guerras civis, nas quais os entes queridos dos reis participam, em nome da paz pública, eles devem esquecer a sua própria dor e punir os rebeldes para assim impedir que novos infortúnios ocorram a eles e ao reino:

Consideremos [...] a conduta de Davi. [...] abandonando Jerusalém, onde o rebelde devia vir em breve o mais rápido para oprimi-lo sem recurso, ele se retira em um lado escondido do deserto com a elite das tropas. [...] ele não esquecia seu dever. Pois, vendo que todo o reino estava em perigo por esta revolta, ele dá todas as ordens necessárias para assegurar-se de tudo o que ele tinha de mais fieis servidores, como as legiões conservadas de Phéléthi e de Cérethi, como a tropa estrangeira de Ethai Géthéen, como Sedoc e Abiathar [...] ele se coloca em posição de combate. [...] Ele nomeia os oficiais e os comandantes e lhes diz: 'Marcharei a vossa frente'. [...] Ele não esquecia o dever de pai; e recomenda bem alto a Joab e aos outros chefes de salvar Absalão. O sangue real é um bem de todo o Estado, que Davi devia poupar, não somente como pai, mas ainda como rei. Sabe-se o acontecimento da batalha; como Absalão nela perecia, apesar das ordens de Davi; e como, por poupar os cidadãos, cessa-se de perseguir os desertores. Davi, entretanto, fez uma falta considerável [...]. Ele se afligia desmesuradamente da perda de seu filho, gritava sem cessar de um tom lamentável: 'meu filho Absalão, Absalão meu filho, quem me dera morrer em vosso lugar? Ó Absalão, meu querido filho, meu filho bem amado!' A notícia vem ao exército, e a vitória foi transformada em dor. O povo estava desencorajado, e, como um povo vencido e posto em derrota, ele não ousava aparecer diante do rei. O que obriga enfim Joab a lhe dar o conselho que nós observamos algures. E o que deve fazer entender aos príncipes que nas guerras civis, apesar de sua própria dor, contra a qual é preciso fazer esforço, se deve saber tomar parte à felicidade pública que a vitória inspira; do contrário se aliena os espíritos e atrai para si e para o reino de novas desgraças (BOSSUET, 1967, p. 341-342).

Certamente, Bossuet está tentando alertar o rei francês Luís XIV (1638-1715), por quem nutria sincera afeição, que não seja indulgente com seu neto, o duque de Borgonha, caso este, influenciado por Fénelon, seu antigo preceptor, venha a empreender uma guerra civil contra ele, para lhe tomar o poder.

Ora, a respeito da repressão às revoltas internas, sobretudo às lideradas pela alta nobreza, Luís XIV observa, nas *Memórias* redigidas ao Delfim, entre 1668 e 1672, que os reis devem ser rigorosos na aplicação das leis quando se trata de súditos indisciplinados. É dever dos reis castigar os malfeitores, mesmo que isto lhes cause dor; buscando consolar-se no fato

de estarem agindo do mesmo modo que Deus. O castigo a uma minoria de maus súditos significa conservar a vida da maioria de inocentes. A indulgência do rei em relação aos malfeitores consiste em uma crueldade pública. A ordem, a paz do reino e a realeza estão diretamente ligadas ao rigor das leis, de modo que, a supressão desse último acarreta a supressão dos primeiros:

Seríamos demasiado felizes, meu filho, se nunca tivéssemos que obrigar e conceder graças. Mas o próprio Deus, cuja bondade não tem limites, nem sempre tem que recompensar e algumas vezes se vê obrigado a castigar. Qualquer que seja a dor que isso nos cause, devemos consolar-nos sentindo em nós próprios que o fazemos como Ele, partindo do único ponto de vista justo e legítimo de um bem mil vezes mais considerável. Exterminar os homicidas e os malfeitores não é derramar o sangue dos nossos súditos, mas antes economizá-lo e conservá-lo: é comover-se de paixão, mas por um número infinito de inocentes do que por um pequeno número de culpados. A indulgência perante estes desgraçados indivíduos seria uma crueldade universal e pública. [...] Suprimir o rigor das leis é suprimir a ordem, a paz, a tranqüilidade do mundo; é suprimir, ao mesmo tempo, a realeza (LUÍS XIV, 1976, p. 59-60).

Segundo Luís XIV, é o temor do castigo que afasta os súditos do mal. A certeza da impunidade causa males ao Estado. Em muitos casos, os reis devem esquecer o seu próprio orgulho e perdoar. Mas quando se trata do Estado, do mal mais contagioso de todos, que são as revoltas civis, os reis devem castigar os revoltosos severamente. A dor que isto lhes causa será compensada pelo fato de verem que tal castigo evitará que haja futuras ocasiões em que terão que recorrer a uma solução análoga:

Quem perdoa demasiado frequentemente castiga quase inutilmente no resto do tempo; pois, nesse temor que afasta os homens do mal, a esperança de impunidade apenas faz menos efeito que a própria impunidade. Não acabareis a leitura dessas *Memórias*, meu filho, sem encontrar momentos em que eu soube vencer-me a mim próprio e perdoar ofensas que poderia justamente nunca mais esquecer. Mas nessa particular ocasião em que se tratava do Estado, dos mais perniciosos exemplos e do mal mais contagioso do mundo para o resto dos meus súditos, em suma, de uma revolta à mão armada, que não atacava a minha autoridade no menos importante, mas antes no seu próprio fundamento, achei que me devia vencer de outra maneira, deixando castigar esses miseráveis a quem desejaria perdoar. A dor que tal severidade me produziu foi largamente recompensada pela satisfação de ver que esse castigo me evitou posteriormente a ocasião de ter de empregar semelhante remédio. (LUÍS XIV, 1976, p. 60).

De acordo com Luís XIV, quanto mais a sua prosperidade despertava invejas no exterior, mas era necessário reprimir as revoltas internas, pois era costume das nações estrangeiras se aproveitarem dos momentos de guerras internas, em que a França se encontrava enfraquecida, para empreender a guerra contra ela. Conforme seus próprios termos: “Era tanto mais importante reprimir semelhantes movimentos quando a minha

prosperidade começava a despertar invejas, e que o costume dos nossos vizinhos consiste em esperar os seus recursos das revoluções da França, alimentando esperanças vãs e quiméricas à menor aparência de novidade” (LUÍS XIV, 1976, p. 60).

Luís XIV está se referindo ao fato de que, durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) os Habsburgos espanhóis lançaram mão do apoio dos Grandes que se encontravam sublevados na França e conspiravam contra Luís XIII (MOUSNIER, 1973). O término desta guerra, mediante os Tratados de Vestfália, em 24 de outubro de 1648, assinalou o fim da preponderância espanhola e o início da francesa. No entanto, os espanhóis não aceitaram a derrota e se aproveitaram da Fronda, iniciada em janeiro de 1648, em que a França encontrava-se enfraquecida internamente, para se aliar ao Príncipe de Condé, primo de Luís XIV e líder da alta nobreza durante essa guerra civil. A guerra franco-espanhola se estenderá até 1658, na qual Condé lutará até o fim do lado dos espanhóis contra a França. Neste ano, o general Turenne derrotou Condé e os espanhóis. A paz entre a França e a Espanha foi concluída pelo Tratado dos Pireneus, em 1659, negociado pelo italiano Mazarino, primeiro-ministro que governou de fato a França de 1643 a 1661 (CORVISIER, 1976). Esse tratado concedia à França “o Roussillon, o Artois, alguns lugares em Flandres, Hainaut e o Luxemburgo”. (CORVISIER, 1976, p. 212). Mas, no entendimento de Luís XIV, a França teria muito mais vantagens se, no período dessa guerra contra a Espanha, não tivesse que lutar ao mesmo tempo contra os rebeldes internos (LUÍS XIV, 1976).

Para Luís XIV, os súditos que trabalhavam próximos a ele e que, segundo informações seguras, não lhe tinham verdadeiro afeto e respeito, o indignavam muito mais do que os súditos rebeldes que ousaram pegar em armas contra ele: “Quando os meus súditos rebeldes tiveram a audácia de pegar em armas contra mim, talvez me tenham produzido menos indignação do que aqueles outros que, perto de mim, cumpriam os seus deveres com maior assiduidade que todos os restantes, estando eu muito bem informado de que me traíam e que não tinham por mim verdadeiro respeito nem verdadeiro afeto” (LUÍS XIV, 1976, p. 32). O fato de Luís XIV ser uma criança durante a Fronda não impediu que aflorasse nele o sentimento de indignação em relação à traição de seu primo. Todas as atitudes posteriores de Luís XIV em relação à alta nobreza são decorrentes dos efeitos da Fronda sobre ele. (SHENNAN, 1954).

Todo o esforço de Luís XIV para impor a ordem em todas as esferas, manter uma vigilância rígida sobre a nobreza, aumentar o policiamento em Paris e formar um poderoso exército, entre outras coisas, consistia em uma reação à Fronda. Todos esses meios serviam

para que ele se sentisse mais seguro para combater qualquer revolta que os súditos pudessem vir a empreender contra ele. A este respeito, Shennan constata que,

De modo geral, a reação de Luís XIV às Frondas, mais tarde no seu reinado, foi adotar e reforçar as medidas de organização e controle do governo central que, em sua opinião, melhor se opunham à rebelião [...]. Também em outros aspectos, mais específicos, as atitudes de Luís durante a maioridade refletiam sua experiência na época das Frondas. Por exemplo, a desconfiança dos grandes nobres que tinham podido levantar-se contra seu governo; ou a determinação de manter um poderoso exército real, forte o bastante para impedir que a coroa continuasse a ser humilhada por súditos dotados de um poder excessivo [...]. Luís XIV exigia [...] acima de tudo ordem: ordem na hierarquia social, levada quase à caricatura nas regras que governavam a conduta dos cortesãos em Versalhes; ordem na substituição da incerta lealdade dos laços feudais por um exército real altamente treinado e organizado burocraticamente; ordem na capital, onde o primeiro tenente-general da polícia, nomeado em 1667, instituiu um sistema de iluminação pública para reduzir o alto nível de violência durante a noite (SHENNAN, 1954, p. 21).

Voltando a Bossuet, no artigo terceiro do livro nono da *Politique*, ao chamar a atenção para o fato de que Davi deu ordens aos seus generais para que sufocassem a revolta liderada por Absalão, mas que poupassem a sua vida, já que “o sangue real é um bem de todo o Estado, que Davi devia poupar, não somente como pai, mas ainda como rei” (BOSSUET, 1967, p. 342), ele está lançando mão de um dos pilares de sustentação da realeza. Como para reforçar o poder dos reis perante os súditos os teóricos políticos defendiam que o sangue real era sagrado e que vertê-lo era um crime horrendo e imperdoável, os próprios reis deviam dar o exemplo. Afinal, se um rei matasse um príncipe de sangue ele estaria contradizendo tal ideia. Não podemos nos esquecer de que na época moderna essa ideia antiga era compartilhada por todos, inclusive os teólogos políticos e os reis. Ao defendê-la, ambos não pretendiam enganar os súditos, já que acreditavam nela piamente.

Bossuet adverte que as sublevações das massas lideradas pela nobreza são ainda mais ameaçadoras aos reis que às compostas pela alta nobreza liderada pelos príncipes de sangue. Bossuet observa que, para eliminar as revoltas internas, o príncipe deve conservar consigo as velhas tropas, pois estas o ajudarão nos momentos difíceis. Ele adverte que o príncipe deve poupar o sangue dos súditos, matando somente os rebeldes:

A rebelião não foi sem conseqüência. Séba, filho de Bochri, da família de Jémini que era a de Saul, subleva por essas palavras de desprezo o povo ainda estimulado: ‘nós não temos nada de comum com Davi, e o filho de Isai não nos comove em nada. O rei conheceu o perigo e disse a Amasa: apressa-vos de reunir todo Judá. Ele executa esta ordem lentamente. E Davi disse a Absai: o filho de Bochri vai nos fazer maior mal que Absalão; apressai-vos então e pegue o que há de melhores tropas, sem lhe deixar o tempo de se reconhecer e de apoderar-se de qualquer cidade’. Absai tomou as legiões de Céréth e de Phéléthi, com o que havia de melhores soldados em Jerusalém. Joab, de seu lado, perseguia Séba, que ia de tribo em tribo sublevando o povo, e levando consigo o que ele podia de tropas escolhidas. Mas Joab fez entender aos de Abéla, onde a rebelião se tinha encerrado, que tratava-se dele somente. A sua

persuasão, uma mulher sábia da região, que se agradava que se queria perder uma tão bela cidade, soube livrá-la fazendo lançar a Joab a cabeça de Séba por sob as muralhas. Assim, acabou a revolta, sem sangue, somente o do chefe dos rebeldes. A diligência de Davi salva o Estado. Ele tinha razão de pensar que esta segunda revolta, que vinha como do próprio movimento do povo e de um sentimento de desprezo, era mais perigosa que aquela que tinha excitado a presença do filho do rei. Ele conheceu também quanto era útil ter velhos corpos de tropas sob sua mão; e tais foram os remédios que ele opôs aos rebeldes (BOSSUET, 1967, p. 342-343).

Ao dizer que as revoltas das massas lideradas por nobres, que lançam mão do seu descontentamento para sublevá-las contra a realeza, são ainda mais ameaçadoras ao poder real, Bossuet está fazendo alusão à Fronda (1648-1653).

Em meados do século XVII se deu o apogeu do absolutismo francês. O aumento do poder político da monarquia se deu com a perda do poder político da nobreza. Esse processo de alienação do poder por parte da nobreza, que se viu privada de seus antigos direitos particularistas e privilégios, não ocorreu sem o descontentamento e luta por parte da mesma contra a monarquia absolutista (ANDERSON, 1989).

No ocidente, no século XVII, houve revoltas da nobreza local contra a consolidação do absolutismo. A revolta da nobreza local misturava-se com levantes de burgueses e juristas, os quais lançavam mão do descontentamento e fúria dos camponeses e trabalhadores urbanos como armas contra a monarquia. Na França, há o caso clássico da Fronda (ANDERSON, 1989). No século XVII, a reação da nobreza contra a monarquia não se transformou em nenhuma revolta de grande escala e nem unificada, já que elas encontravam-se ligadas por pertencerem à mesma classe; também não houve nenhuma revolta composta apenas pela nobreza. O que houve frequentemente, segundo Perry Anderson, foram explosões locais em que “uma parcela regionalmente delimitada da nobreza erguia a bandeira do separatismo aristocrático e era apoiada por uma burguesia urbana descontente e por multidões plebeias, em levantes gerais” (ANDERSON, 1989, p. 53).

Lançando mão da insatisfação das massas pela alta exploração sofrida, principalmente com os altos impostos a que eram obrigadas a pagar, a nobreza e a burguesia francesas as jogaram contra o poder constituído. Explode então a Fronda, em janeiro de 1648, durante a qual o poder real correu sérios riscos. Percebendo o perigo que rondava o pequeno rei, que ainda não havia completado cinco anos de idade, Ana d'Áustria, a rainha mãe e regente, teve de fugir de Paris com o filho.

Havia tensões entre as diferentes classes envolvidas na Fronda. Cada uma delas desejava limitar o poder do rei em seu proveito e, quando percebia que a outra classe estava se tornando poderosa, desfazia a aliança com ela e passava para o lado do primeiro-ministro

contra a sua antiga aliada. Mas, quando sentia que o primeiro-ministro estava se fortalecendo, voltava a sua aliança inicial. Saber explorar as divergências e tensões entre as classes era o que mantinha a força do poder central. E isto Mazarino soube fazer muito bem. Conforme Norbert Elias,

Luís XIV era ainda menor de idade e Mazarino governava. Mais uma vez, e pela última vez durante muito tempo, os grupos sociais mais díspares uniram-se para atacar a onipotência real, representada pelo ministro. Parlamentos e a nobreza em geral, corporações urbanas e indivíduos de mais alto nascimento, todos eles tentaram explorar o momento de fraqueza da monarquia, a regência da rainha, exercida pelo cardeal. O quadro configurado por este levante, porém, mostra claramente como eram tensas as relações entre esses grupos. A Fronde foi uma espécie de experimento social. Pôs às claras, mais uma vez, a estrutura de tensões que dava à autoridade central sua força, mas que permanecia disfarçada enquanto estivesse firmemente estabelecida essa autoridade. Tão logo um dos aliados parecia obter a menor vantagem, todos os demais se sentiam ameaçados, desertavam da aliança, faziam causa comum com Mazarino contra seu antigo aliado e, depois, parcialmente retornavam para seu lado. Todas essas pessoas e grupos queriam limitar o poder real, mas cada um pretendia fazê-lo em proveito próprio. Todos temiam que o poder do outro pudesse crescer ao mesmo tempo. Finalmente – e não pouco graças à habilidade com que Mazarino explorou esse mecanismo de tensões – o antigo equilíbrio foi restabelecido em benefício da Casa Real. (ELIAS, 1993, p. 163-164).<sup>2</sup>

As lições da Fronde nunca foram esquecidas por Luís XIV. De maneira muito mais eficiente que todos os seus predecessores, ele “fomentou esse equilíbrio e manteve as divergências e tensões existentes”, segundo Norbert Elias (ELIAS, 1993, p. 164).

O ano de 1653 assinalou o fim da Fronde. Neste ano, Mazarino e Turenne, ministro de guerra de Luís XIII, eliminaram os últimos redutos de revoltas (ANDERSON, 1989). Segundo esse autor (1989, p. 53), com exceção da Inglaterra, em todas as outras partes do Ocidente, como na França, “as insurreições dominadas ou contaminadas pelo separatismo da nobreza foram esmagadas, reforçando-se o poder do absolutismo”.

Um ponto relevante do pensamento de Bossuet é a importância que ele dá ao exército como um instrumento necessário e eficaz a ser utilizado pelos príncipes na repressão das revoltas internas. Bossuet deixa isso bem claro quando diz, no artigo terceiro do livro nono da *Politique*, a respeito de Davi: “ele conheceu [...] quanto era útil ter velhos corpos de tropas sob sua mão; e tais foram os remédios que ele opôs aos rebeldes” (BOSSUET, 1967, p. 343).

O desenvolvimento da monarquia encontra-se estreitamente ligado ao desenvolvimento de um exército permanente, instituído em meados do século XV, bem como ao progresso técnico. Na França, é clara a ligação entre o começo da monarquia clássica no final do reinado de Carlos VII até o fim do século XV e o desenvolvimento de um exército

---

<sup>2</sup> Ver também, a este respeito, (ELIAS, 2001, p.184).

permanente, equipado fortemente com bocas-de-fogo, as quais, sob Carlos VII já são muito eficazes. A partir de meados do século XV houve um significativo aumento do poder de tiro, bem como dos soldados efetivos. De acordo com Le Roy Ladurie, “no século XIV, o núcleo estável do exército real *em tempo de paz* contava apenas 2 mil homens; mas 10 mil a 15 mil depois de 1450 [...] (sempre durante os períodos pacíficos)” (LADURIE, 1994, p. 34).

No ocidente, o exército teve um papel importantíssimo para o advento do absolutismo (ANDERSON, 1989). Mesmo nos períodos pacíficos, a unidade de base para o exército permanente de uma grande potência europeia limita-se a mil homens no século XIV, mas a dezena de milhares durante o Renascimento (LADURIE, 1994). Sessenta mil homens compunham os exércitos de Filipe II; um século depois, os de Luís XIV chegaram a 300 mil, na Guerra da Sucessão Espanhola. Normalmente, essas tropas não constituíam uma força nacional formada por recrutas, e sim por uma massa heterogênea, em que os mercenários estrangeiros representavam um papel constante e principal. Os exércitos franceses contavam, sobretudo, com mercenários suíços. A preferência por mercenários se devia ao fato de os reis perceberem que era impossível treinar todos os seus súditos no exercício militar e mantê-los submissos. Por outro lado, eles podiam contar com tropas de soldados mercenários que ignoravam a língua da população local para acabar com as revoltas sociais. Na França, os soldados suíços ajudaram na repressão dos rebeldes do *Boulonnais* (região de Boulogne-sur-Mer no litoral norte da França) e dos camisardos (huguenotes da região das Cévennes, no sudeste da França) em 1662 e 1702 (ANDERSON, 1989).

Na primeira década do reinado pessoal de Luís XIV, os funcionários do setor civil do aparelho político eram ajudados por uma forte máquina repressiva, extraordinariamente aumentada. Para conservar a ordem e reprimir rebeliões, em 1667, foi criada em Paris uma força permanente de polícia, a qual, depois de 1698-99, foi estendida por todo o reino. Durante o reinado de Luís XIV, houve um extraordinário aumento do volume do exército: de 30 a 50 mil homens subiu para 300 mil, no final do reinado. O aumento do aparato militar foi capaz de sufocar as revoltas populares com rapidez e eficiência, bem como representou o desarmamento definitivo da nobreza das províncias. As tropas mercenárias suíças ajudaram a reprimir os camponeses *boulonnais* e camisardos; a execução dos huguenotes da França foi efetuada pelos novos dragões (ANDERSON, 1989).

Na compreensão de Bossuet, os príncipes que desejam manter a paz no seu reino devem estar mais atentos nos inícios e fins de reinados, pois os súditos insubordinados lançam mão desses períodos em que o poder se encontra enfraquecido, para se insurgirem contra eles.

No artigo terceiro do livro nono da *Politique*, Bossuet adverte que “é preciso observar os começos e os fins dos reinados enquanto relacionados às revoltas” (BOSSUET, 1967, p. 376).

Sobre o começo do reinado, Bossuet chama a atenção que “é este o tempo de fraqueza que é preciso sempre observar com mais cuidado, se se quer bem assegurar o repouso público” (BOSSUET, 1967, p. 377). Segundo ele, na época em que a Iduméia foi subjugada por Davi e Joab, o chefe do exército tratou de eliminar todos os varões descendentes de Edom. O príncipe Adad conseguiu fugir para o Egito, onde o Faraó o recebeu muito bem. Alguns anos depois, Adad ficou sabendo que Davi e o seu melhor general, Joab, haviam morrido e que Salomão havia iniciado o seu reinado. Adad acreditava que o reino de Israel encontrava-se enfraquecido devido à perda de dois grandes homens e pediu ao Faraó que o deixasse voltar a sua terra, com o objetivo de despertar os seus amigos para uma revolta contra Salomão:

Quando a Iduméia foi subjugada por Davi, Adad, jovem príncipe da linhagem real, encontra meio de se retirar no Egito, onde ele foi muito bem recebido por Faraó. Após a morte de Davi e a de Joab, chegou ao começo do reino de Salomão, crendo o reino enfraquecido pela perda de um tão grande rei e pela de um general tão renomado, ele disse a Faraó: ‘deixe-me ir a minha terra’. Era para aí despertar seus amigos e lançar as sementes de uma guerra que se viu eclodir em seu tempo. (BOSSUET, 1967, p. 376).

Bossuet está fazendo alusão à conturbada menoridade de Luís XIV. Riclelieu, ministro da guerra e primeiro-ministro de Luís XIII, morreu em 1642; o rei morreu no ano seguinte. O pequeno Luís XIV tinha cinco anos incompletos, e o príncipe de Condé utilizou-se desse momento de fragilidade do poder real para liderar uma revolta da alta nobreza contra o poder constituído na França.

Desde a Idade Média, a morte de um rei, cujo filho primogênito era ainda uma criança, era motivo de muita preocupação (LE GOFF, 1999). Como constata Jacques Le Goff, quando Luís VIII morreu, em 1226, o seu filho Luís IX era um menino. Tal situação causou inquietude e angústia aos franceses. Conforme o autor (1999, p. 83), “eis então à cabeça do reino uma criança de 12 anos (...) o sentimento que invadiu os habitantes do reino (...) foi no mínimo de inquietude e talvez de angústia”.

Acreditava-se que a função essencial dos reis era colocar o seu povo em comunhão com Deus. Os reis da Idade Média, em especial os franceses, ainda que fossem designados por seu nascimento e por uma tradição dinástica, eram os escolhidos de Deus e, mediante a sua sagração, o Seu ungido. Após a sagração, a comunicação entre Deus e seu reino era feita por meio deles. Quando Deus estava irado contra o povo de um reino cristão, o rei servia de

escudo entre o mal e o seu povo. Um menino, embora sendo rei legítimo pela tradição dinástica, e até mesmo ungido, era considerado como sendo “um intermediário frágil”. Portanto, “a menoridade de um rei é uma provação”. (LE GOFF, 1999, p. 83-84).

Não existe uma idade jurídica de maioridade para os reis franceses.<sup>3</sup> A antiga maioridade dos povos germânicos era aos 14 anos, mas aos 13 anos reis carolíngios receberam a coroa. A partir do século XI, na maioria dos principados, a maioridade entre os nobres passou para os 21 anos, enquanto que para os plebeus continuou aos 14. No século XIV, em sua primeira ordenação, em 1374, Carlos V fixará a maioridade em 14 anos. (LE GOFF, 1999).

Vários documentos do século XIII mostram que na França a maioridade estava fixada em 21 anos. Essas fontes evidenciam que, neste século, muitos nobres franceses só foram considerados maiores aos 21 anos. Apesar de dois nobres de Flandres terem se tornado maiores aos 14 e 15 anos, os três irmãos de São Luís e o seu filho e sucessor somente se tornaram maiores aos 21. Ignora-se quando Luís IX foi considerado maior. Certamente não foi aos 14 anos. Desde a morte de seu pai, em 1226, foi a sua mãe, Branca de Castela, quem assumiu o governo. Luís IX provavelmente passou a governar efetivamente aos 21 anos, mas com a ajuda da mãe (LE GOFF, 1999).

No entanto, a tendência foi reconhecer a maioridade dos reis Capeto bem mais cedo, por volta dos 14 anos. O objetivo era limitar o tempo em que o rei, responsável por seu reino e canal pelo qual a proteção divina chegava a ele, não se encontrava em posse total de seus poderes. Sendo por isso que, durante mais de dois séculos, a sagração era feita precocemente, antes da morte do pai, e a autoridade era antecipada na adolescência, ao considerar os nobres maiores aos 14 anos. (LE GOFF, 1999). Esse mesmo autor (1999, p. 89) relata que “Filipe I governou sozinho com cerca de 14 anos e Filipe Augusto”, rei dos francos entre 1180 a 1223, “rei sozinho com 14 anos, também foi considerado maior”.

Depois da homenagem dos barões e dos prelados, o primeiro ato que Luís VIII havia solicitado em prol de seu filho era a sagração. Luís VIII havia pedido que esse ritual se cumprisse o mais rápido possível. Era importante que o menino se tornasse rei completo o quanto antes, para dificultar qualquer tipo de contestação a sua legitimidade e, sobretudo, para pôr fim rapidamente com aquele período de inquietude em que um rei encontra-se morto e o próximo ainda não se tornou o seu sucessor (LE GOFF, 1999).

---

<sup>3</sup> Segundo Le Goff, “O direito canônico não tem nenhum edito nesse sentido, nenhum texto do direito romano na ocasião é válido quanto a esse assunto, o direito consuetudinário é inconstante, os exemplos históricos não são claros” (LE GOFF, 1999, p. 88).

Devido ao sentimento de inquietude e angústia do interregno, agravada pela menoridade do sucessor, e a dinastia capetíngea ainda não ser tão poderosa, a sagração de Luís IX se realizou com muita pressa. O período do interregno era bastante oportuno, não para contestar o sucessor, já que o direito do primogênito do rei defunto já estava bem afixado na França, mas para pressionar esse novo rei incompleto. No tempo de Luís IX, a ideia de crime de lesa-majestade em relação ao rei ainda estava sendo elaborada na França<sup>4</sup>. Assim, o interregno era um período de vácuo no qual a majestade do novo rei ainda não se encontra firmemente consolidada e que, rebelar-se contra ele, não era considerado um crime tão grave. Por isso, Luís VIII morreu em 8 de novembro de 1226, e a sagração de Luís IX acontece três semanas depois, no dia 29 desse mês. (LE GOFF, 1999).

No século XVII, os nobres eram considerados maiores apenas aos 21 anos. Os nobres príncipes somente eram considerados maiores aos 14 anos em casos gravíssimos, como quando a alta nobreza aproveitava-se do período de menoridade do sucessor do trono para se insurgir contra o poder real. O medo de que a alta nobreza se tornasse muito poderosa durante a menoridade dos herdeiros da coroa francesa levava esta a declarar maiores príncipes que ainda eram considerados menores para os seus contemporâneos (HATTON, 1971). Luís XIV é considerado maior aos 14 anos “por motivo de Estado, e os que aconselham estas medidas justificam a sua adoção invocando os costumes dos ‘tempos antigos’”, de acordo com Ragnhild Hatton. (HATTON, 1971, p. 15).

A convite de Ana d'Áustria, Richelieu entrara para o seu conselho em 1616. Foi ministro da guerra desde este ano e primeiro-ministro a partir de 1624 até a sua morte, em 1642. Luís XIII morreu em 1643 e Luís Dieudonné (dádiva de Deus) ainda não havia completado cinco anos de idade. A nobreza e a burguesia se aproveitaram desse momento para sublevarem as massas descontentes contra o poder central. Dois motivos contribuíram para que a Fronda rebentasse nessa época: a fragilidade da monarquia durante a menoridade do rei; o fato de Mazarino, o primeiro-ministro, quem governava de fato durante a regência de Ana d'Áustria, ser estrangeiro levava os franceses a acreditarem que podiam atacá-lo à vontade sem incorrerem em pecado e sem serem castigados por Deus (SHENNAN, 1954). Isto porque no século XVII a noção de crime de lesa-majestade já estava bem consolidada na França. É bom lembrar que o italiano Mazarino havia conquistado a simpatia de Richelieu e de Luís XIII. Em 1639, Luís XIII concedeu nacionalidade francesa a ele. Porém, os franceses

---

<sup>4</sup> A ideia de crime de lesa-majestade começou a ser defendida na Inglaterra, em 787, quando pela primeira vez um rei inglês recebeu a unção. (Cf. BLOCH, 1993, p. 78).

jamais o aceitaram e sempre o consideraram um estrangeiro. O chavão de “combater o estrangeiro” era político e constante, mas a impunidade não era garantida.

A divergência de objetivos entre a nobreza e a burguesia, bem como o medo da burguesia de uma anarquia feudal, levou-a aceitar o absolutismo do jovem soberano. A maioria do jovem Luís foi declarada o mais rápido possível. Em 1652, durante a Fronde, com 14 anos de idade, Luís XIV foi reconhecido maior pelo Parlamento. Isto para que o símbolo de um governante, “no pleno gozo de seus direitos” contribuísse para reunificar um país pouco disposto a se submeter a um “conspirador estrangeiro” (HATTON, 1971, p. 81). A maioria antecipada de Luís XIV trouxe paz à França, pois a Fronde terminou no ano seguinte.

Quanto à sagração, no século XVII os reis franceses recorriam a ela. Mas nesse período predominava a ideia apregoada pelos defensores do absolutismo, entre eles Bossuet, de que os reis eram sagrados pelo cargo que ocupavam e não pela unção, e que esta era apenas um ornamento de seu poder. Tanto é que Luís XIV foi considerado maior aos 14 anos, em 1652, mas somente foi sagrado em 1656.

Sobre o fim do reinado, conforme alerta Bossuet, no artigo terceiro do livro nono da *Politique*, “a extrema velhice de Davi dá lugar a movimentos que ameaçaram o Estado de uma guerra civil”. (BOSSUET, 1967, p. 376). Bossuet observa que Adonias aproveitou-se da velhice de Davi para empreender uma revolta contra ele. E Davi somente conseguiu acabar com a revolta devido a contar com velhas tropas fiéis a ele:

Adonias, filho primogênito de Davi depois de Absalão, fazia reviver seu irmão por sua boa aparência, pelo barulho e a ostentação de seus equipamentos e por sua ambição. Ele tinha sobre Absalão essa infeliz vantagem, que ele encontrava Davi debilitado, que tinha necessidade, não de ser empurrado, visto que ele tinha seu vigor total, mas de ser despertado por seus servidores. Ele tinha posto em seu partido Joab, que comandava os exércitos, e Abiathar, soberano pontífice, outrora tão fiel a Davi, e muitos outros servidores do rei das tribos de Judá. Com esse recurso, ele esperava nada menos que invadir o reino com o rei em exercício, e contra a disposição que ele havia declarado, designando Salomão para seu sucessor e o fazia reconhecer por todos os grandes, por todo o exército, contra aquele que Deus preferia a seus outros irmãos, para enchê-lo de sabedoria, e lhe fazer construir seu templo ao meio de uma paz profunda. Adonias queria derrubar uma ordem tão bem estabelecida. Para reunir o partido e dar como o sinal a seus amigos de se fazer reconhecer por rei, esse jovem príncipe fez um sacrifício solene, acompanhado de um soberbo banquete. Toda a Corte estava atenta. Observa-se que ele tinha chamado os principais de Judá, como Joab e Abiathar, e à reserva de Salomão, todos os filhos do rei. Como não foram nesse banquete nem esses príncipes, nem Sadoc sacrificador, nem Nathan, nem Banaías muito fiel a Davi e quem comandava as velhas tropas, todos ligados ao rei e a Salomão, penetra-se no desejo de Adonias, e descobriu-se o mistério. No mesmo tempo, Nathan e Betsabá, mãe de Salomão, agiram com grande concerto próximo de Davi, falando-lhe golpe sobre golpe. Eles abriram os olhos desse príncipe, que até então permanecia tranqüilo, não por moleza, mas por confiança, em um poder tão bem estabelecido como o seu e em

uma resolução também justificada. O rei fala com tanta firmeza e autoridade; suas ordens foram tão precisas e tão prontamente executadas que, antes do fim do banquete de Adonias, toda a cidade estava retumbante da alegria do coroamento de Salomão. Joab, tão ousado que era e tão experimentado, foi surpreendido; a questão se encontra feita e cada um se retorna humilhado e trêmulo. O novo rei fala a Adonias de um tom de mestre: nada abala no reino, e a rebelião que rugia foi abrandada (BOSSUET, 1967, p. 376-377).

Recordemos que Luís XIV perdeu seus principais ministros nas décadas de 1680 e 1690; sobretudo Colbert, em 1683, Le Tellier, em 1685 e Louvois, em 1691. A partir de 1692, ele passa a se ocupar pessoalmente de todos os assuntos de seu reino. Em 1701, Luís XIV tinha 63 anos de idade. Para os padrões da época, ele era considerado um velho por seus contemporâneos. O rei encontrava-se debilitado fisicamente devido a ter sido acometido por algumas doenças. Nesta época, ele era visto passeando pelos jardins do palácio em uma cadeira de rodas.

Nesses retratos buscados por Bossuet no Antigo Testamento, Luís XIV era Davi, o seu neto era Absalão e depois Adonias, enquanto que o seu filho era Salomão. No entendimento de Bossuet, o final do reinado de Luís XIV consistia em uma conjuntura bastante propícia para que os seus opositores internos, no caso o grupo de Fénelon, incitasse o seu neto para que se rebelasse contra ele e lhe tomasse o poder. No momento, o legítimo herdeiro do trono era o ex-aluno de Bossuet. Além do fato de que, se o neto passasse à frente do pai, estaria quebrando o protocolo de sucessão dinástica, Bossuet confiava na educação que dera ao Delfim. Em sua concepção, este era o verdadeiro Salomão, o escolhido por Deus para pacificar a França.

Como vimos, Bossuet observa que, mesmo velho e debilitado fisicamente, Davi era firme em suas decisões. Ora, apesar dos problemas de saúde vindos com a idade, o vigor mental, o amor pelo trabalho e o zelo por sua autoridade acompanharam Luís XIV até os últimos dias de sua vida. Tanto é que, desde 1692, após a morte de seu ministro da guerra Louvois, era ele pessoalmente quem comandava o exército de seu gabinete. E, apesar da velhice, ele continuava firme em suas decisões, não permitindo que nada e nem ninguém abalasse a sua autoridade.

No entendimento de Bossuet, os príncipes somente conseguiriam manter a paz em seu reino se estivessem sempre armados. No artigo terceiro do livro nono da *Politique*, ele adverte que os reis devem estar armados constantemente. Além das tropas que combatiam a pé, Davi conservava as tropas que combatiam montadas, dando às últimas a devida distinção para que os seus integrantes, tendo o reconhecimento de seu valor, lhes fossem fiéis. Além das tropas que combatiam a pé e das que combatiam montadas, eram convocados milhares de soldados

somente em momentos de extrema necessidade, isso para que não houvesse muita alteração nos gastos do reino:

Os reis estão sempre armados. Nós vimos sob Davi as legiões Céléthi e Phéléthi, que Banaías comandava, sempre a pé. Ele tinha também conservado o corpo de seiscentos valentes combatentes, comandados por Ethai Gethéen, e de outros que tinham vindo com ele durante sua desgraça. Eu não falarei de forma alguma de outras tropas conservadas, tão necessárias a um Estado, são todos corpos imortais, que, se renomados no mesmo espírito que foram formados, tornam eterna sua fidelidade e seu valor. Ornavam-se essas tropas escolhidas de uma maneira particular para distingui-las. E é isso que eram destinados as duzentas lanças decoradas de ouro, e os duzentos escudos pesados e penosos cobertos de lâminas de ouro, com trezentos outros de uma outra figura, semelhantemente coberto de ouro muito refinado e de um grande peso que Salomão guardava em seus arsenais. Além das guarnições de praças que se encontram por toda parte nos livros dos Reis e das Crônicas, e além das tropas que combatiam a pé, havia infinitas sob a mão do rei, com chefes designados e que estavam prontos à primeira ordem. Não se sabe em qual categoria situar as gentes de guerra, que se levantam ao número de vinte e quatro mil, a cada primeiro dia do mês com doze comandantes. Não se é necessário demonstrar que, para não mudar o Estado de Despesas, se o reunia segundo a necessidade, da qual se tem muitos exemplos (BOSSUET, 1967, p. 378).

Para Bossuet, somente se mantendo sempre armados, os reis conservariam seus Estados fortes o bastante diante dos inimigos externos e internos, podendo, assim, garantir a paz pública em seu reino. Conforme suas próprias palavras, estando sempre armados, “os Estados permanecem fortes no exterior contra o inimigo, e no interior contra os turbulentos e os rebeldes e a paz pública é assegurada” (BOSSUET, 1967, p. 378).

Essa ideia fortemente defendida por Bossuet, de que para conservar a paz no reino era preciso que o governante fosse poderoso e armado, já havia sido defendida anteriormente por seus contemporâneos, entre eles teóricos renomados como o inglês Thomas Hobbes (1588-1679) e o neerlandês Benedito Spinoza (1632-1677). Tal ideia era bem aceita por gerações que vivenciaram as anarquias advindas de guerras civis. Conforme Hatton, no *Leviathan*, obra publicada em 1651, o argumento de Hobbes de que “a única finalidade do Estado é garantir a paz e a segurança, o objetivo que força o Estado a ter necessidade de poder, é bem recebido por uma geração que fizera a experiência da anarquia e da guerra civil”. Da mesma forma, em seu *Tractatus theologico-politicus*, de 1677, Spinoza afirma que “o preço da paz talvez pudesse ser um governo mais forte, disposto de maior preparação militar”. (HATTON, 1971, p. 240). Isto mostra que as ideias defendidas por Bossuet estavam em consonância com as ideias de renomados pensadores de sua época.

## Referências

- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte**. Genève: Droz, 1967. (Edição crítica com introdução e notas de Jacques Le Brun).
- CORVISIER, André. **História moderna**. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- HATTON, Ragnhild. **A época de Luís XIV**. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, (Col. História Ilustrada da Europa).
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado monárquico, França, 1460-1610**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **São Luís. Biografia**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.
- LUÍS XIV. **Memórias. A arte de governar**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
- MOUSNIER, Roland. **Os séculos XVI e XVII**. São Paulo: Difel, 1973.
- SHENNAN, J. H. **Luís XIV**. São Paulo: Ática, 1954 (Coleção Princípios).